

Trabalhadores ocupam as ruas pela redução dos juros

A CUT, as demais centrais sindicais Força Sindical, CTB, UGT, CSB, NCST, CSP Conlutas, Intersindical, A Pública e os movimentos Povo Sem Medo e Frente Brasil Popular realizam hoje, em todo o Brasil, atos que reivindicam a queda da taxa básica de juros (Selic) praticada pelo Banco Central (BC), que atualmente está em 13,75% ao ano, e a democratização do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF).

O conjunto dos sindicalistas e os representantes dos movimentos populares compreendem que a alta taxa de juros paralisa a economia e impede o país de crescer e gerar emprego decente, distribuir renda e facilitar o acesso ao crédito. Entendem ainda que o CARF precisa ser democratizado, ter participação popular para reduzir sonegação de empresas e aplicar os recursos em investimentos em áreas como saúde, educação, infraestrutura e programas sociais, como o Bolsa Família.

“A luta dos trabalhadores por uma sociedade mais justa é perene. Precisamos ter a clareza que vivemos em um país onde o número de pessoas pobres ainda é assustador. E nesse contexto, é claro, que precisamos de políticas sociais voltadas para o favorecimento das classes mais vulneráveis. Entretanto, a prática adotada pelo Banco Central vem tentando inviabilizar avanços sociais, e o que é pior, vem adotando juros altíssimos que só favorecem uma parte muito pequena da



sociedade. Precisamos mostrar nosso poder de mobilização para mudarmos esse cenário, e assim, proporcionar condições para que Brasil possa crescer social e economicamente”, declarou João Carlos Lima Martins, presidente do Sindsep/MA.

Para os mais ricos é mais lucrativo deixar o dinheiro aplicado no banco do que abrir um negócio. Já quem emprega e precisa de dinheiro para investir e diversificar seus negócios não consegue pagar empréstimos com essa taxa de juros. Recentemente o professor da PUC-SP e economista Ladislau Dowbor, explicou que a taxa de juros alta só favorece os mais ricos que são apenas 1% da população brasileira.

Saída de Campos Neto da presidência do BC

A queda da taxa de juros do Banco Central terá como consequência a saída do presidente do banco, Roberto Campos Neto, aliado de Bolsonaro. Hoje o BC tem autonomia e é independente e por isso o governo federal não tem ingerência sobre as decisões tomadas pela direção do banco.

“A saída de Campos Neto é necessária porque ele conspira contra o crescimento econômico e contra o povo. Ele está jogando o país na recessão com uma política econômica que saiu derrotada das urnas nas últimas eleições. O certo é ele sair pois não age de acordo com a vontade do povo brasileiro que disse não a um projeto neoliberal econômico”, finaliza Juvandia Moreira, vice-presidente Nacional da CUT.

Com informações repassadas pela CUT.

REAJUSTE EMERGENCIAL É PRIORIDADE

Condsef pede urgência ao governo no envio de PLs do reajuste de federais ao Congresso

A Condsef/Fenadsef encaminhou nessa segunda-feira, 20, ofício ao Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) onde formalizou o resultado de assembleias em todo o Brasil e da plenária nacional da entidade que representa 80% dos servidores do Executivo Federal. A categoria aceitou por unanimidade a proposta de reajuste de 9% a partir de 1º de maio, mais acréscimo de R\$200 no auxílio-alimentação dos servidores do Executivo que continuam com o valor do benefício mais defasado entre os Três Poderes. Para a maioria esta proposta de reajuste emergencial não é a ideal, mas inaugura um passo importante nas relações entre servidores e governo que há mais de seis anos não tinham um canal de negociações permanente.

Há sete anos com salários congelados, a maioria dos servidores do Executivo tem uma tarefa urgente: trabalhar junto ao Congresso Nacional a necessidade de aprovação até abril de dois projetos de lei (PLs) que deverão ser encaminhados para que o reajuste possa ser sancionado e possa ser pago em junho, como propõe o governo.

Por isso, a Condsef/Fenadsef solicitou no ofício enviado ao MGI uma reunião imediata para que seja construído o termo de acordo que será assinado entre governo e representantes dos servidores do Executivo. A entidade reforça ainda a importância de que o governo possa já encaminhar as propostas que não tem impactos orçamentários, como a instalação das mesas setoriais de negociação e a revogação de atos administrativos que prejudicam servidores e serviços públicos.

Funcionalismo: Tempo precioso

Com a aprovação do reajuste emergencial terá início uma importante corrida contra o tempo para os servidores do Executivo. O governo precisa encaminhar dois projetos de lei ao Congresso Nacional. Um deles será necessário para alterar a previsão orçamentária no Anexo V, item 5.1, da Lei Orçamentária Anual. A partir desta alteração é que será possível a tramitação de outro Projeto de Lei que vai tratar diretamente do reajuste salarial, considerando os limites orçamentários e jurídicos. O objetivo é que ambos sejam aprovados ainda em abril.

Apesar de estar claro para a categoria que o percentual apresentado pelo governo não é o ideal para corrigir as perdas salariais acumuladas nos últimos sete anos, esse é um importante passo em direção a correção dessas distorções. Só nos qua-

tro anos de governo Bolsonaro, onde pela primeira vez em pelo menos vinte anos, servidores não tiveram nenhuma reposição em suas remunerações, as perdas chegaram a 27%. Por isso, servidores e servidoras também já começam a construir a campanha salarial de 2024

"A conclusão desse processo de negociação que garante esse reajuste emergencial é de fato importante", pontou o secretário-geral da Condsef/Fenadsef, Sérgio Ronaldo da Silva. "Mas sabemos que para combater os efeitos do desmonte sofrido pelos serviços públicos e sentido pelos servidores, especialmente nos últimos anos, será necessária muita mobilização, muito debate e também muita luta, por isso, já começamos a trilhar esse caminho desde já", destacou.

Fonte: Condsef

IMPOSTO DE RENDA 2023



ATENDIMENTO*
Segunda à Sexta
08 às 12h e das 14 às 18h

* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Quarta-feira).



SINDSEP
MARANHÃO
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
FEDERAIS NO ESTADO DO MARANHÃO
Filiado à CUT CONDSEF FENADSEF